

A EXPERIÊNCIA DE ADOLESCENTES FRENTE AO PROCESSO SELETIVO DE INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR

Data de submissão: 24/06/2023

Data de aceite: 03/08/2023

Juliermy Batista de Alencar

Escola de Saúde de Arcoverde (ESSA)
Arcoverde-PE
<https://orcid.org/0009-0000-17124809>

Patrícia Ivanca de Espíndola Gonçalves

Escola de Saúde de Arcoverde (ESSA)
Arcoverde-PE
<https://orcid.org/0000-0002-7903-2632>

RESUMO: O estudo objetivou discutir os sentimentos que são manifestados pelos alunos frente ao processo seletivo para o ingresso no ensino superior. Participaram do estudo alunos do terceiro ano do ensino médio, de ambos os sexos, por meio de entrevista semiestruturada, realizada individualmente. Os resultados direcionam ao entendimento que existe uma gama de sentimentos que perpassam os estudantes de uma forma muito potente, principalmente quanto mais se aproximam os exames, sentimentos de auto cobrança e de cobrança externa, de ansiedade, de medo e de incertezas perpassam os alunos nesse período. Surge também desconfianças com relação a contribuição da comunidade escolar para o enfrentamento da situação, se realmente ela tem contribuído para que eles

cheguem ao objetivo de serem aprovados. É levantado também a discussão sobre os se exames seletivos, principalmente o Enem, não estão fomentando a desigualdade social uma vez que alunos de escolas particulares tem mais chances de serem aprovados em tais exames.

PALAVRAS-CHAVE: exames seletivos, sentimentos, adolescentes.

THE EXPERIENCE OF TEENAGERS TOWARDS THE SELECTION PROCESS OF ADMISSION TO HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: The study aimed to discuss the feelings that are expressed by students in the selection process for admission to higher education sector. Twelfth grade high school students of both gender participated in the study, through a semi-structured interview, carried out individually. The results lead to the understanding that there is a range of feelings that permeate students in a very powerful way, especially the closer the exams, feelings of self-demand and internal demand, anxiety, fear and uncertainty permeate students in this period. There is also suspicion regarding the contribution of the school community to face the situation,

if it really has contributed to their reaching the objective of being approved. It is also raised the discussion about whether selective exams, especially the Enem, are not promoting social inequality since students from private schools are more likely to be approved in such exams.

KEYWORDS: selective exams, feelings, adolescents

1 | INTRODUÇÃO

O ensino médio como é conhecido atualmente é relativamente novo, foi regulado no ano de 1996 pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394 que substituiu a antiga LDB de 1971, Lei nº 5.692, esta última pertencendo ao regime da ditadura militar, ela substitui “o antigo curso colegial, de três anos, transformando-o em ensino do 2º grau, de três ou quatro anos, todo ele obrigatório e exclusivamente profissionalizante” (PILETTI; PILETTI, 2013, p.212).

A nova LDB foi sancionada 8 anos após a constituição de 1988, num período de profundas mudanças na política e na sociedade como um todo, marcada pelo neoliberalismo e pela globalização. O antigo 2º grau passa a ser denominado de Ensino Médio, com a perspectiva de uma formação generalista (MELO; LEONARDO, 2019).

A Lei nº 9.394 de 1996 afirma que o ensino médio deve conseguir auxiliar no desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos tornando-os capazes de adentrar no ensino universitário, ou seja, dá prosseguimento aos estudos. Nesse viés, o artigo 35º inciso I afirma que é objetivo dessa etapa do ensino “a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos” (BRASIL, 1996).

Os exames seletivos são bem anterior a LDB de 1996 eles surgem no Brasil por volta de década de 1910, motivado pelo excedente de alunos que não conseguiam entrar na universidade, elevou-se o número de vaga na universidade, todavia o número de candidatos cresceu também em maior porcentagem, esses fatos geram concorrência e pode inclusive desenvolver sentimentos de ansiedade (SCHÖNHOFEN et al., 2020).

Já o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, é inserido no ano de 1998 objetivando avaliar a qualidade do ensino médio no Brasil, todavia, no ano de 2009, numa tentativa democratização das universidades federais o Enem passa a ser aceito como exame de seleção para entrada nas universidades federais e posteriormente em algumas faculdades privadas também (SCHÖNHOFEN et al., 2020).

Para ter acesso ao ensino superior, os discentes precisam comprovar, por meio de exames de admissão (vestibulares e Enem), que estão com condições intelectuais mínimas adquiridas ao longo de sua vida estudantil no ensino básico, comprovação de conhecimento que simultaneamente seletiva e classificatória, podendo trazer aos alunos concluintes do ensino médio, uma moção de fortes sentimentos, podendo ser momentâneos ou mesmo mais duradouros, já que muitos alunos acreditam, que foi para esse momento específico

que se prepararam durante toda a sua vida estudantil, é um momento no qual a auto cobrança e as cobranças advindas da sociedade, personificadas principalmente pela escola e a família, se mostram muito presentes, como afirma Soares e Martins (2010, p.58).

Os adolescentes estão submetidos, em época de vestibular, as cobranças pessoais, familiares e sociais para um bom desempenho nos estudos. Estas pressões podem gerar um estado de ansiedade prejudicial ao desempenho acadêmico. Alguns sentimentos como o de solidão, insegurança e dúvidas (característicos da adolescência e que acompanham os vestibulandos durante quase todo o período pré-vestibular) podem resultar em pânico, sentimentos de incompetência e incapacidade.

Com a realização dos exames de seleção vem também a consolidação da escolha profissional que pode gerar sentimentos de angústia, a definição por uma profissão é uma forma do adolescente buscar dar sentido a sua vida e se realocar no mundo estabelecendo novas relações fora do núcleo familiar, esse fato traz dúvidas questionamentos e ansiedades (SOARES; MARTINS, 2010).

O processo de escolha da profissão é permeado por diversos fatores, sendo um deles bastante determinante na escolha, o aspecto econômico, conforme cita Martins e Machado (2018, p.3) “Como as qualidades dos ensinos médio e fundamental diferem de forma significativa pelas classes de renda no Brasil, as aspirações com relação ao ingresso no ensino superior acabam sendo influenciadas pelas condições socioeconômicas”. Essas condições socioeconômicas tanto podem impulsionar a escolha, no caso de famílias mais abastadas, como pode limitar ou mesmo impedir o ingresso a universidade, no caso de famílias desprovidas de poder aquisitivo.

Este trabalho é justificado pelo relevante número de adolescentes que passam pelos processos de seleção para ingresso no ensino superior anualmente e que são diversas vezes levados a experimentar sentimentos intensos frente as exigências desse processo, com isso discutimos a partir dos dados coletados os sentimentos e sensações que assaltam o estudante nesse período de sua vida estudantil.

2 | MÉTODO

A pesquisa foi desenvolvida pelo método qualitativo, esse tipo de estudo dispõe de variadas técnicas de abordagem, no estudo foi utilizada entrevistas semiestruturadas, buscando refletir, compreender e analisar o fenômeno.

Participaram desse estudo alunos/nas que estão cursando o último ano do ensino médio, de uma escola da rede particular, de ambos os sexos, e que pretendem realizar alguma prova seleção para a entrada no ensino superior, num total de oito entrevistas semiestruturada individuais. Essas posteriormente foram transcritas e analisadas.

Nome 17	Idade	Sexo ao nascer
Pernambuco	17 anos	Masculino
Paraíba	17 anos	Feminino
Ceará	17 anos	Feminino
Alagoas	17 anos	Masculino
Bahia	18 anos	Feminino
Maranhão	17 anos	Feminino
Piauí	17 anos	Masculino
Sergipe	17 anos	Feminino

Tabela 1: Dados dos/as participantes da pesquisa.

Fonte: elaboração dos pesquisadores

O estudo foi submetido na Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Campus Recife, com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE: 57226522.7.0000.5208, a aprovação pelo Conselho de Ética é uma exigência normativa para toda pesquisa que envolva seres humanos.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Contexto histórico ensino médio no Brasil

Em 1961 foi sancionada a primeira Lei 4.024/61 que estabelece as bases da educação nacional desde o pré-primário ao superior. “A primeira regulação nacional a estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, em todos os seus ramos e níveis, do pré-primário ao superior, foi a Lei n. 4.024 de dezembro de 1961” (PILETTI; PILETTI, 2013, p.195). Nessa diretriz nacional o ensino médio era referido como um prosseguimento da educação primária e que se destinava a formação do adolescente, nela não se falava sobre o acesso ao ensino superior (BRASIL, 1961).

Nesse período, o vestibular não era considerado classificatório, sendo assim, todos os que alcançavam a nota mínima eram considerados aprovados, esse fato gerava o chamado excedente, o que gerava lutas para que se aumentasse o número de vagas no ensino superior, em 1968, o governo militar promoveu a chamada reforma universitária e o vestibular passou então a ser classificatório, com a Lei nº 5.540/68 (PILETTI; PILETTI, 2013).

Em 1971 a estrutura do ensino no Brasil foi reformulada pela Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 tendo como meta ofertar ao estudante uma formação que embasasse o seu desenvolvimento e potencialidades, qualificando para o trabalho e preparando para a atuação consciente de sua cidadania, foi previsto nessa lei um currículo comum e uma

parte diversificada para que se atendesse as diferenças regionais (BRASIL, 1971).

Com a LDB de 1971, extingue-se o chamado curso primário (de 4 a 6 anos) e o antigo ginásio (de 4 anos), passa a existir o curso de 1º grau de 8 anos e o curso profissionalizante de 2º grau (de 3 a 4 anos) que seria concluído com o recebimento de um diploma que poderia ser de auxiliar técnico (3 anos) ou de técnico (4 anos), a entrada no nível superior era conseguida com a aprovação no vestibular tendo cursado pelo menos três anos de 2º grau (PILLETI; PILLETI, 2013).

No ano de 1996 é aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, vem substituir a diretriz nº 5.692/71, a nova LDB vem estabelecer normas para todo o sistema de educação nacional, da educação infantil ao ensino superior e passa também a regular a educação indígena. Na nova lei os níveis escolares ganham novos nomes, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, substituindo, respectivamente a pré-escola, o 1º grau e o 2º grau (BRASIL, 1996).

Em 2017 a LDB de 1996 é alterada pela Lei nº 13.415/2017 estabelecendo uma nova mudança no ensino médio brasileiro, ampliando a carga horária de 800 horas por ano para um mínimo de 1000 horas por ano, além de modificar o currículo e deixá-lo mais flexível, introduzindo também Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a possibilidade de escolha dos estudantes em partes da formação, os itinerários formativos, focando em áreas e formação técnico-profissional (BRASIL, 2017).

Toda a evolução legislativa e prática da educação não tem sido suficiente para que o estudante se sinta pronto para enfrentar os processos de seleção para o ingresso no ensino superior, e esse sentir-se não preparado é vivenciado de formas, muitas vezes, dolorosas e conflitantes por parte do estudante.

Essas alterações legislativas impactam diretamente a forma como o ensino é ofertado no Brasil, elas apontam tanto para um movimento próprio da educação que deve ir se moldando ao momento contemporâneo, como também, fala de uma certa deficiência estrutural e que afeta a aprendizagem e a evolução do aluno inserido no sistema educacional.

3.2 A percepção da educação por parte dos alunos e o marco legal

A educação tem o objetivo de auxiliar no desenvolvimento do aluno numa perspectiva de torná-lo um cidadão crítico e ativo na sociedade, um cidadão responsável conhecedor dos seus direitos e deveres, é função da escola nortear o aluno no conhecimento científico e junto com ele criar possibilidades de aplicação desses conhecimentos na vida e na sociedade. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no artigo 2º “A educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1994).

Existe uma diferença significativa entre os objetivos da educação nacional e as percepções encontradas nas entrevistas realizadas junto aos alunos, elas mostram que,

no entendimento deles, a educação deve estar voltada para a aprovação nos processos seletivos para o ingresso nas universidades, quando perguntado se a escola tem contribuído para o ingresso no ensino superior, Paraíba (17 anos) responde:

Assim... mais ou menos, sabe? Eu acho que... a escola ainda poderia ajudar mais, se você for comprar assim... com um cursinho, exatamente para isso, você vai ver que eles dão mais foco e ênfase em coisas que na escola não está sendo trabalhado.

Na fala de Paraíba percebe-se que, para ela o foco deve estar em desenvolver aprendizagem para a aprovação no vestibular ou Enem. Ceará afirma, para a mesma pergunta,

Nesse caso não, porque eu tenho estudado muito mais para a escola do que pra o vestibular em si, então nesse caso eu acho que atrapalha. Ela tem contribuído assim... no sentido de gerar uma disciplina, claro, mais em sentido de conteúdo... além de que não bate tanto com o cronograma do Enem ela pega muito tempo do meu dia, então eu estudo pra escola e sobra um tempo mínimo pra eu estudar pro vestibular.

A resposta de Ceará enfatiza que a escola não apenas não contribui para a aprovação, como ainda, atrapalha a sua evolução sequencial de estudos, esse entendimento pode causar ainda mais incongruência na relação com o processo de seleção uma vez que a escola tem uma visão e é guiada por ela e os alunos outra que também os guiam nesse processo, um caminho que deveria ser trilhado de mãos dadas é dicotomizado.

O desacordo existente entre o que se pretende alcançar no ensino médio por parte dos alunos e o que se pretende por parte da educação pode ser percebida na fala de Maranhão (17 anos) quando ele afirma que “sua vida basicamente gira em torno desse exame”, a fala descreve que a ideia que se apresenta para o adolescente concluinte do ensino médio é que toda sua vida estudantil aponta para a aprovação num dos exames de seleção para entrada na universidade quando as finalidades do Ensino Médio é a preparação básica para o trabalho e o exercício consciente da cidadania, de acordo com o artigo 22 da LBD “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1994).

A falta de diálogo entre os ideais da educação e os ideais dos estudantes com relação a ela não surge apenas no ensino médio, esse desentendimento é construído desde os anos iniciais da vida escolar, baseada quase que em sua totalidade, em avaliações a partir de aplicação de testes sem que seja avaliado a aplicação real dos conhecimentos, esse tipo de avaliação é potencialmente desenvolvidora de ansiedades posto que não leva o sujeito a um nível de reflexão mais aprofundada.

Tudo isso se repercute na preocupação que os entrevistados manifestaram com a aprovação no Enem e com interrogações sobre se a escola tem contribuído realmente para realização desse fato, o objetivo do Enem, quando da sua criação no ano de 1998 era o

de uma avaliação diagnóstica em que o resultado do exame era divulgado individualmente para cada adolescente participante. Pouco tempo depois de seu lançamento o resultado do Enem começou a ser utilizado como processo de seleção para a entrada nas universidades o que modificou o seu status de uma avaliação diagnóstica para uma avaliação classificatória.

Com essa mudança percebe-se, a partir das entrevistas, que os alunos têm mais interesse na busca de conhecimentos que os auxiliem na aprovação do Enem do que, diretamente, na compreensão de conhecimentos que os auxiliem na sua capacidade produtiva e atuação cidadã.

3.3 Relação com o processo de Seleção

Os exames de seleção para o acesso ao ensino superior, tem sido vivenciado quase que totalmente com o foco no Enem, pouco se fala em outros vestibulares, as entrevistas realizadas vieram corroborar essa afirmação, todos os participantes da pesquisa se referiram ao Enem quando indagados sobre o que pensavam sobre os exames seletivos para o ingresso no ensino superior, o Enem “a partir de 2009, passou a ser considerado o principal meio para o ingresso no ensino superior no Brasil, à exceção das universidades e instituições que mantiveram processo seletivo próprio” (OLIVEIRA, 2016).

A proximidade dos exames seletivos e classificatórios movimentam sentimentos e reflexões muito elevadas sobre a entrada na universidade, os adolescentes se interrogam, mais enfaticamente sobre que curso seguir e se conseguiram evoluir significativamente com relação a aquisição de conhecimentos necessários para a aprovação nos exames de seleção, essas interrogações chegam a refletir uma relação de insegurança com o processo.

Indagado sobre o que pensa com relação aos exames de seleção para a entrada no ensino superior Pernambuco (17 anos) responde:

Primeiro é muita dúvida em relação ao que vem é... uma dúvida meio que associada ao um pouco de medo, de tipo, não ir tão bem nessa prova [...]. É... é muita questão de incerteza, quando eu vejo esses tipos de, de avaliação assim.

A inquietação causada em decorrência da incerteza sentida pelos alunos é manifestada a partir de interrogações como a de Pernambuco “pô será que tô preparado?” E da afirmação de Alagoas (17 anos), “de não conseguir alcançar, tipo o que é esperado”. A incerteza de estar ou não preparado para a realização do exame de seleção pode ter raízes no sentimento de que a escola contribui ainda de forma inadequada com a aquisição dos conhecimentos necessários a aprovação dos alunos.

Alagoas (17 anos), quando interrogado sobre como ele percebe a contribuição da escola para que os alunos alcancem êxito nos exames responde, “eu acho que... inda, não é o suficiente a pessoa ter o estudo só na escola, sabe? A pessoa tem que saber, tipo

buscar particularmente”, Piauí (17 anos) respondendo a mesma pergunta diz, “a minha escola, em específico, considerando todo o corpo de professores, não! Mas professores específicos, sim”, a afirmação de Sergipe (17 anos) segue a mesma linha, “ela tá mais não tá, podia melhorar” a afirmação de Paraíba (17 anos) reforça essa percepção por parte dos alunos, afirma ela, “assim... mais ou menos, base? Eu acho que... a escola ainda poderia ajudar mais”.

O processo tem sido vivenciado com sentimentos de incerteza, insegurança e desconfiança, incerteza de suas capacidades e insegurança geradas a partir da incerteza de ter sido bem assistido nas suas necessidades educacionais, essas insegurança na educação ofertada não é sentida apenas pelos alunos, é sentida por toda educação nacional tendo em vista as sucessivas reformas que o ensino sofre ao longo dos anos, a última ocorrida em 2017 vem tentar mudar esse quadro com foco justamente no ensino médio.

A reforma do ensino médio ocorrida no ano de 2017 com implantação obrigatória até o ano de 2022, se deu baseada em duas justificativas, sendo uma delas, a baixa qualidade do ensino médio ofertada no país (FERRETTI, 2018). A nova modalidade se aplica as redes de ensino públicas e privadas, com vistas a possibilitar maior integridade no ensino de ambas, ainda que a rede privada mostre melhor desempenho no que diz respeito a aprovação em exames de seleção, principalmente nas redes de ensino superior públicas, que ainda continuam a ser as mais cobiçadas quando se fala em excelência no ensino superior.

No tocante a escolha da faculdade se pública ou privada sete dos oito entrevistados responderam que deseja ingressar na faculdade pública, essa escolha segundo eles é validada pelos seguintes motivos de serem mais acessível financeiramente, por ter melhor qualidade ensino. O único adolescente entrevistado que escolheu a faculdade privada justificou que o curso que ele deseja cursar é ofertada na cidade que ele reside com um custo acessível a condição financeira de sua família.

A análise dos dados também revelou uma inquietação social dos alunos com relação ao processo de seleção, com foco no Enem, na fala de Ceará (17 anos)

O Enem é um sistema muito injusto, porque tem assim, uma grade de conteúdos, né?[...] Mais assim, por mais que tenha o sistema de cotas tem conteúdos exigidos, que pessoas de uma classe mais pobre não tem acesso, aquela facilidade de estudar que, por exemplo, eu teria. E a prova ela é muito interpretativa, uma pessoa que saiu por exemplo do ensino médio, de uma escola pública... por exemplo, eu já estudei em uma escola rural, assim, da zona rural, as pessoas, elas não têm a capacidade de responder a prova do Enem, assim dessa forma, como eu vou ter, por exemplo, e é isso que eu penso.”

Essa fala e a escolha de quase todos os entrevistados revela a realidade de que, a maioria os alunos, que ingressão nas universidades públicas são oriundos da rede

particular, um problema estrutural modelado pelo capitalismo predatório que leva em consideração apenas o capital, deixando de lado questões sociais e alargando os abismos sociais existentes.

Na fala de Bahia (18 anos):

[...] uma forma um pouco injusta porque muitas pessoas de renda baixa não conseguem ter um ensino qualificado pra conseguir é... fazer o Enem assim de uma forma que outra pessoa de escola particular consiga.

Existe uma clara percepção de que o aluno de escola particular tem vantagens significativas no que se refere a concorrência imposta pelos exames de seleção, em particular o Enem, fica evidente que, na compreensão dos entrevistados, adolescentes que estudaram em escola pública tiveram uma educação de baixa qualidade e isso dificulta a entrada desses alunos na universidade.

3.4 Exames seletivos e sentimentos dos alunos

Os exames seletivos têm a capacidade de despertar diversos sentimentos no candidato, sentimentos segundo Cesar e Vasconcelos, (p. 7, 2016)

São fenômenos muito mais complexos que as sensações. Os sentimentos possuem uma característica que vai além do alcance das sensações: possuem uma avaliação pessoal e uma tentativa de encaixe de um acontecimento específico em um esquema mais amplo das próprias experiências do sujeito.

Por possuírem avaliação pessoal cada estudante, ou outra pessoa qualquer, vai sentir de maneira diferente as condições na qual esteja inserido, nesse contexto pode existir uma multiplicidade de sentimentos quando os alunos se deparam com os exames seletivos, esses sentimentos também podem ser evocados por diferentes fontes, tanto internas como externas. As internas são as auto cobranças, sentimento de insegurança ou incompetência frente aos exames, medo de desapontar a família, etc. As externas são cobrança para ser aprovado no primeiro exame, escolha de um curso superior altamente valorizado pela sociedade entre outros

Os sentimentos são sentidos conscientemente por todo ser humano e a consciência que o adolescente tem das pressões internas e externas, das adaptações necessárias a vida cotidiana dentro de um contexto sócio histórico, no qual todo ser humano está inserido, favorece a aparição de pensamentos e sentimentos, essa consciência de sua situação é tida em Vygotsky como salto qualitativo da psicologia, Taille, Oliveira e Dantas, apud Vygotsky afirma, “A internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana; é a base do salto qualitativo da psicologia animal para a psicologia humana (2019, p. 123).

Os exames seletivos são também uma construção social e devem ser pensados, conscientemente, como tal, inclusive podendo representar uma ferramenta de exclusão

social em alguns contextos, pois como já discutido deixa o estudante oriundo da escola pública, diversas vezes fora do ensino superior, devido a um dos fatores que mais geram sentimentos negativos no candidato, a concorrência.

Na coleta de dados o sentimento que apareceu com mais frequência foi o de ansiedade, motivada por alguns fatores que serão discutidos mais a frente, Schönhofen et al (2020) afirma sobre a ansiedade:

A ansiedade comumente se intensifica no contexto das pressões, demandas e estresses da vida diária, sendo uma reação natural e adaptativa. Pode ser definida como uma emoção orientada ao futuro sobre eventos potencialmente aversivos e/ou perigosos, que gera reações fisiológicas, comportamentais e afetivas que mobilizam o indivíduo para se preparar para possíveis ameaças. No entanto, pode tornar-se um transtorno quando:

- (1) é baseada em uma suposição falsa ou raciocínio falho sobre o potencial para ameaça ou perigo em situações relevantes;
- (2) quando interfere na capacidade do indivíduo para enfrentar as circunstâncias aversivas ou difíceis;
- (3) quando está presente por um período de tempo prolongado.

Essa tomada de consciência das cobranças tanto internas como externas experimentadas pelo o estudante no fim do ensino médio e que pode gerar os sentimentos de ansiedade e medo é potencializada pela pressão para se escolher uma profissão que também é um fator que está ligado as tensões que os exames de seleção para o ingresso no ensino superior trazem, D'Avila e Soares (2003, p.108) afirmam que “para o jovem, é difícil escolher a profissão quando ele ainda vivencia crises e conflitos típicos da adolescência. A situação torna-se mais difícil ainda quando a sociedade estipula que a escolha profissional seja obrigatoriamente ao fim do ensino médio”.

Com relação a esse ponto Pernambuco (17 anos) diz “meu (...) tá lá em casa e diz, e aí, vai fazer medicina? Pô (resmungo) eu não quero!” Essa cobrança para que se escolha uma profissão valorizada, ou supervalorizada pela sociedade é um dos pontos de tensão que surge nas entrevistas, o principal ponto de valorização que se busca nessa cobrança é a monetária. Ceará (17 anos) “E no quesito de família eu acho que é muito aquela pressão, principalmente pra escolher... uma coisa que eu gosto, que a família fica... ah... isso aqui não dá dinheiro, isso aqui não dá futuro, aí desmotiva muito, sabe?” A pressão exercida nos adolescentes é motivada pelo mercado financeiro, pelo que vai dá mais dinheiro, prescinde o bem-estar e o sentimento de realização, Paraíba (17 anos) se questiona inclusive se precisa realmente de uma faculdade para ser feliz, na fala dela: “eu fico me questionando, eu preciso realmente fazer isso pra... eu ser feliz? Ou posso fazer alguma coisa que eu goste? Que talvez não precise exatamente de uma faculdade assim...”

A condição de vestibulando é vivenciado dentro de um contexto social que o perpassa histórico e culturalmente, nessa vivência ele é afetado e afeta a conjuntura social na qual está inserido, se formando a partir de uma dialética com o meio um ser consciente

de suas necessidades, sentimentos e aprendizagens, Rego (2014, p.93) afirma que “ nessa perspectiva, a premissa é de que o homem constitui-se como tal a partir de suas interações sociais, portanto, é visto como alguém que transforma e é transformado nas relações produzidas em uma determinada cultura.”

A interação dialética do indivíduo com o meio faz com que os seus sentimentos sejam, também, motivados pela relação social na qual está inserido e como no Brasil ainda há uma carência com relação a vagas no ensino superior, seja, efetivamente, por número insuficiente de vagas ofertadas ou ainda por condição financeira limitadoras, pode fazer surgir no adolescente vestibulando o sentimento de competição que pode gerar uma multiplicidade de emoções dentre elas a de não será suficientemente capaz conseguir adentrar o ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto histórico, a condição atual da educação e o formato dos exames de seleção tem potencializado exponencialmente sentimentos exacerbados no adolescente que se propõe a seguir os estudos após o fim do ensino médio, essas condições se mostram históricas na forma de educação e nos exames de seleção para o ingresso no ensino superior.

Surge interrogações com a análise dos dados, será que uma educação que não privilegiasse tanto os testes e provas não seria mais amenizadora dessas tensões e inquietações com a necessidade de aprovação? Se esses sentimentos fossem sendo trabalhados ao longo de todo ensino médio por profissionais da área da psicologia teríamos adolescentes com melhores condições de responder as cobranças internas e externas que se intensificam no último ano do ensino básico? E se a educação e a psicologia trabalhassem juntas para uma orientação não tão capitalista e mercadológica teria como se otimizar as escolhas profissionais sem a necessidade de tanto sofrimento?

Durante as entrevistas os alunos se mostraram emotivos e com necessidade se falar sobre essas condições, revelando que não se sentem ouvidos no decorrer desse processo, constrangidos a simplesmente seguir o curso traçado pelo atual sistema, com interrogações maciças se esse é realmente um processo válido, podemos nós, que já passamos por esse processo, afirmar que sim? Ou nos juntamos aos adolescentes de hoje nesses questionamentos?

REFERÊNCIAS

BRASIL, lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13415.htm. Acesso em: 15/11/2021.

_____, lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 15/11/2021.

_____, lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 15/11/2021.

_____, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15/11/2021.

D'AVILA Geruza Tavares; SOARES, Dulce Helena Penna. **Vestibular: Fatores Geradores de Ansiedade na “Cena da Prova”.** Revista Brasileira de Orientação Profissional, Florianópolis, V. 4, n. (1/2), p. 105-116. 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902003000100010. Acesso em: 30/11/2021

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, V. 35, n.3, p. 20-29, mai./jun. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/r/rae/a/ZX4cTGqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25/10/2021

MARTINS, Felipe dos Santos; MACHADO, Danielle Carusi. **Uma análise da escolha do curso superior no Brasil.** R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, 201835 (1): e0056. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/r/rbepop/a/PGXB5BznhrHkXQX5ktZGdkv/?lang=pt>. Acesso em 25/10/2021.

MELO, Letícia C. Beiser de; LEONARDO, Nilza S. Tessaro. **Sentido do ensino médio para estudantes de escolas públicas estaduais. Psicologia Escolar e Educacional.** Paraná, V. 23: e177542, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/7Hp9kkdFqqd599fKFJCQWPq/?lang=pt>. Acesso em 20/11/2021.

MOLON, Susana Inês. **Questões metodológicas de pesquisa na abordagem sócio histórica. INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO: teoria & prática,** Porto Alegre, V. 11, n. 1, p. 56- 68. 2008.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da Educação: de Confúcio ao Paulo Freire.** 1ª Edição. São Paulo-SP: Contexto, 2013.

REGO, Teresa C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** 25ª Edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

SCHÖNHOFEN, Frederico de Lima et al. **Transtorno de ansiedade generalizada entre estudantes de cursos de pré-vestibular.** J. bras. psiquiatr. Rio de Janeiro V. 69 n.3, p. 179 -186 Jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/VdTHcwdPwcst8PbknQM7RTC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11/2021

SOARES, Adriana Benevides; MARTINS Janaína S. Rodrigues. **Ansiedade dos estudantes diante da expectativa do exame vestibular.** Paideia, Rio de Janeiro, V. 20, n. 45, p. 57-62 jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/jk7Q94vZh6b6PVxLpnwvpvRD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 11/2021.

TAILLE, Yves de La; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão.** 29ª Edição. São Paulo. Summus, 2019.

OLIVEIRA, Thiago Soares de. **O ENEM: breves considerações sobre importância avaliativa e reforma educacional.** Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 278-288, jul.- dez. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/n3/Downloads/23995-Texto%20do%20artigo-108043-2-10-20170127.pdf>. Acesso em: 04/06/2022.

FERRETTI, Celso João. **A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação.** Ensino de Humanidades, Estud. av. v. 32, p. 25-42, mai-ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08/06/2022.

CEZAR, Adieliton Tavares; VASCONCELOS, Helena Pinheiro Jucá. **Diferenciando sensações, sentimentos e emoções: uma articulação com a abordagem gestáltica.** Revista IGT na Rede, v. 13, nº 24, p. 4 – 14. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/igt/v13n24/v13n24a02.pdf>. Acesso em: 09/06/2022.